



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 15 de Janeiro de 2020

MECENAS

A Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) lança nesta quarta (15) uma chamada pública para universidades federais com foco em projetos de inovação industrial. São R\$ 2 milhões anuais por iniciativa, durante três anos.

CONTA

A verba será dividida entre a entidade, que é uma organização social federal, e empresas que contratarem os projetos.



Peças do uniforme escolar da rede de municipal de ensino de São Paulo Divulgação

Covas cancela licitação e dará R\$ 215 a famílias para compra de uniformes

SÃO PAULO Após cancelar a licitação para compra de uniformes escolares, a Prefeitura de São Paulo decidiu liberar R\$ 215 por aluno para os pais comprarem a vestimenta diretamente em lojas cadastradas pela Secretaria Municipal da Educação.

O valor será disponibilizado por cartões bancários enviados às escolas em fevereiro. As aulas começam no próximo dia 5.

O processo de credenciamento dos estabelecimentos aptos a vender os uniformes está em andamento. Segundo o secretário Bruno Caetano, os pontos, em toda a cidade, serão visitados para verificar a procedência e o valor dos produtos. Também serão feitos testes de qualidade.

A medida foi anunciada pela gestão Bruno Covas (PSDB) após as 20 empresas que participaram da licitação para

a entrega dos uniformes serem desclassificadas por não cumprirem as especificações exigidas no edital ou por terem sido reprovadas nos testes de qualidade.

Entre os problemas encontrados estavam tênis que machucavam os pés e agasalhos com abertura muito larga para o capuz.

As etapas de recurso da concorrência foram esgotadas.

A licitação previa que cada





estudante receberia uma calça, um moletom, uma jaqueta, cinco camisetas, uma bermuda, cinco meias e um par de tênis, para um total de 660 mil alunos. O custo estimado necessário para a aquisição era de R\$ 130 milhões. Com o cartão, as famílias poderão compor o kit de uniforme da forma como acharem melhor.

Em 2017 e 2018, os uniformes entregues pela prefeitura às escolas municipais chegaram com problemas. Entre os motivos de reclamações estavam tamanhos errados, fragilidade das peças e falta de conforto.

Após as queixas, o município decidiu mudar especificações das vestimentas, substituindo o tactel por poliéster e aumentando a espessura dos tecidos, além de alterar os calçados para melhor durabilidade e qualidade.

No final do ano passado, a gestão Covas anunciou outra medida de transferência de recursos na educação, a compra de vagas em creches particulares.

O projeto de lei elaborado pela prefeitura prevê um gasto de R\$ 727 por criança. A ação é voltada apenas a crianças em situação de vulnerabilidade.

Os pais e mães inscreverão o filho num cadastro e caberá à prefeitura distribuir a demanda.

Governo ignora ministérios em PEC que extingue fundos

Pasta da Mulher diz que vai ao Congresso para preservar reservas de verbas 'carimbadas'; Guedes quer desvincular R\$ 220 bilhões

Ricardo Galhardo
Fernanda Boldrin

O governo federal ignorou ministérios na proposta de extinguir 248 fundos públicos que constituem cerca de R\$ 220 bilhões do Orçamento federal. Ao menos seis pastas afirmam não terem sido consultadas sobre a possível extinção das reservas, idealizada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Para tentar manter acesso à verba destinada exclusivamente a temas de sua área, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, pretende encaminhar ao Congresso projetos de lei para evitar o fim de dois fundos.

A PEC 187/2019 é uma das três propostas que fazem parte de um pacote econômico entregue pelo presidente Jair Bolsonaro e por Guedes em novembro. O texto prevê a extinção de duas centenas de fundos infraconstitucionais, aqueles que não são previstos na Constituição. O dinheiro destinado a esses fundos é "carimbado", ou seja, só pode ser utilizado com o propósito específico de cada fundo

e não pode ser transferido.

O objetivo da mudança, segundo justificativa do Ministério da Economia, é tirar "carimbo" dessa verba e usar esse montante para quitar parte da dívida da União.

Técnicos do ministério argumentam que nem sempre o dinheiro destinado a esses fundos é todo utilizado. Em geral, os Estados têm problemas para conseguir acesso à verba porque apresentam projetos falhos ou que não cumprem todos os critérios legais. Enquanto o ano não acaba, o dinheiro parado no fundo não pode ser transferido a outras áreas.

De acordo com a PEC, todos os 248 fundos serão eliminados em até dois anos após a aprovação da emenda a não ser que o Congresso aprove leis complementares que evitem a extinção de cada fundo. A aprovação de lei complementar depende de maioria absoluta na Câmara e no Senado.

Consulta. Entre novembro e dezembro, o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) enviou dezenas de pedidos de informação aos ministérios por meio de seu gabinete ou via Lei de Acesso de Informação. Oito deles (Desenvolvimento Regional, Ciência e Tecnologia, Mulher, Família e Direitos Humanos,

Justiça, Cidadania, Educação e Agricultura e Infraestrutura) responderam que não foram consultados ou não possuem estudos sobre qual é o impacto da extinção dos fundos na execução de políticas públicas.

"O Ministério da Economia funciona com base na centralização autoritária e não em pareceres técnicos. Vai soltando as propostas sem medir as consequências", disse o deputado.

O Ministério da Mulher, comandado por Damara Alves, respondeu que vai ao Congresso para tentar aprovar leis complementares que evitem a extinção de dois fundos ligados à pasta.

"No caso de eventual aprovação da PEC 187/2019 este ministério fará esforços para a manutenção do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente, como do Fundo Nacional do Idoso, apoiando se necessário a tramitação e aprovação complementar para ratificar a existência e o funcionamento dos mencionados fundos", disse a ministra em resposta a questionamento do deputado no dia 16 de dezembro.

Os fundos têm por finalidade financiar projetos que atuam na





garantia da promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e “financiar os programas e as ações relativas ao idoso com vistas em assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”.

Nos dois casos as verbas são administradas por conselhos compostos, em parte, por representantes da sociedade civil.

Em resposta ao Estado, o Ministério da Mulher informou que “os dois fundos somam R\$ 15 milhões no orçamento geral da pasta e estão sujeitos a contingenciamentos que possam ocorrer. Por serem voltados a iniciativas da sociedade civil, as políticas desenvolvidas não dependem desses fundos”.

Paternidade. Quatro ministérios se recusaram a responder aos questionamentos feitos por Valente (Casa Civil, Economia, Saúde e Secretaria Geral). Eles argumentam que as propostas de emenda à Constituição são iniciativa do Legislativo e portanto as pastas não tem obrigação de fazer comentários sobre elas. A assessoria da presidência do Senado, no entanto, diz que a PEC é de autoria do Executivo e foram protocoladas formalmente por senadores devido apenas a uma manobra política. Se fossem apresentadas pelo governo, as PECs teriam que necessariamente tramitar primeiro na Câmara, onde há mais resistência às propostas.

O ministério da Casa Civil informou que a PEC é responsabilidade da pasta da Economia. Procurado, o ministério de Guedes não respondeu ao Estado.

SP barra licitação de uniforme e vai dar voucher a pais

Teste reprovou amostras de empresas que estavam no processo, cancelado após suposta fraude; compra é para a rede municipal

Bruno Ribeiro

Em meio a investigação de fraude em licitação para compra de uniforme escolar, o prefeito Bruno Covas anunciou ontem que vai dar um cartão com R\$ 215 a cada pai de aluno para que possa usar em lojas pré-credenciadas.

Em meio a uma investigação que apura fraudes na licitação para aquisição de uniformes escolares para este ano, o prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), anunciou ontem que suspendeu a concorrência e vai fornecer aos pais um voucher para a compra das roupas no valor de R\$ 215 por aluno. O cartão poderá ser usado em lojas credenciadas para a venda. A expectativa é que o credenciamento das lojas e o fornecimento do voucher ocorra até o fim do próximo mês. As aulas começam antes, no dia 5 de fevereiro.

No modelo paulistano, a Prefeitura é obrigada a fornecer os uniformes aos alunos, mas as escolas não são obrigadas a cobrar o uso pelos estudantes. Desse modo, o



Ensino fundamental. Kit inclui camisetas, bermuda, agasalho, calça, jaqueta e tênis

atraso não deve impedir que eles frequentem a escola. O material é usado pelos estudantes do ensino fundamental, do 1. ao 9.º ano.

Os problemas na compra dos uniformes deste ano começaram em novembro, quando um teste feito com materiais fornecidos pelas 20 empresas que disputavam a licitação reprovou todas as amostras. Por isso, diz o Município, a licitação teve de ser suspensa. O teste foi feito porque a Prefeitura, neste ano, mudou normas de qualidade do material, atendendo a uma recomendação do Tribunal de Contas do Município (TCM). São cerca 660 mil kits de uniforme. Cada kit tem cinco camisetas, bermuda, agasalho, calça, jaqueta e tênis.

Conforme o Estado apurou, a Prefeitura suspeitava que empresas estariam forçando a administração municipal a ter de fazer uma contratação de emergência, sem licitação, pelas normas de qualidade

antigas, uma vez que tecidos de Tactel já haviam sido comprados de fornecedores chineses e, agora, não poderiam mais ser usados.

“Não há a menor dúvida para mim que a intenção dessas empresas era ficar com a faca no pescoço do prefeito, do secretário, esperando que a gente reduzisse as exigências”, disse Covas. Os nomes das empresas não foram divulgados.

Ainda segundo o prefeito, apenas 5% dos alunos usavam os calçados fornecidos pela Prefeitura por causa da má qualidade do material. “De cada 25 tênis que a Prefeitura compra, apenas um é usado”, disse Covas, citando dados do TCM.

Fraude. Apuração da Controladoria-Geral do Município (CGM) verificou “indícios de possível atuação fraudulenta por parte de alguns licitantes”, segundo nota do órgão. Duas das empresas usavam o mesmo domínio de e-mail





e foram representadas pela mesma pessoa. Quatro delas não tinham nenhum funcionário registrado, o que sinaliza possível “utilização de pessoa jurídica para ocultação da identidade da empresa beneficiada” por parte de “empresa de fachada”.

O controlador-geral do Município, Gustavo Ungaro, afirmou que nenhum servidor foi relacionado a uma possível fraude, mas disse que vai encaminhar a apuração ao Ministério Público Estadual e à Polícia Civil. Covas destacou que, verificada a atuação de um grupo organizado para fraudar a compra, a Prefeitura também enviará as informações ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça e da Segurança Pública.

A Prefeitura vai contratar uma empresa para fazer a gestão dos cartões fornecidos aos pais dos estudantes e informou que serão feitos testes de qualidade com os uniformes oferecidos pelo varejo.

Covas destacou, ainda, que espera parceria dos pais para fiscalizar a qualidade do material.

O novo modelo de compra, com a entrega de cartões para que os responsáveis façam a compra, já vinha sendo estudado pelos técnicos da Secretaria Municipal de Educação, mas a aplicação dessa metodologia só seria iniciada no ano que vem. Com a impossibilidade da conclusão da licitação deste ano, a decisão da Prefeitura foi pela antecipação do modelo.

Merenda. Essa é segunda intervenção feita pela Controladoria-Geral em contratos com a Prefeitura no último ano. Em 2019, a gestão Covas anunciou ter descredenciado cerca de cem entidades que administravam creches municipais, após investigação constatar irregularidades na compra de merenda. As entidades recebiam verba para a compra, mas adquiriam menos comida do que deveriam ou de qualidade inferior.

Ibaneis: servidor da Educação e Saúde será prioridade em reajuste



Após lançamento da obra do túnel de Taguatinga, governador afirmou que vai dar atenção especial para recomposição de salários das duas áreas

FRANCISCO DUTRA
francisco.dutra@metropoles.com

O governador Ibaneis Rocha (MDB) planeja cumprir a promessa de conceder reajustes salariais para servidores públicos do Distrito Federal em 2020. No entanto, segundo o emedebista, não será possível atender a todos os pedidos

de aumento de contracheque. Neste sentido, o Governo do DF (GDF) vai priorizar recomposições na Saúde e Educação.

“Eu pretendo sentar com os servidores. Eu acho que esse ano o DF volta a crescer com força. Nós vamos ter uma determinada folga no orçamento. E vamos tentar atender algumas demandas. Certamente, não será como eles necessitam, como precisaria ser. Mas nós vamos tentar atender a alguma coisa”, assinalou Ibaneis.

“Nós temos consciência de que os servidores do DF já têm uma boa

remuneração. Mas em alguns casos precisam de ajustes. Principalmente, no que diz respeito à Saúde e Educação. Porque, no meu entender, os salários ainda são baixos e nós temos dificuldades de suprir os quadros”, pontuou.

Servidores pressionam o GDF a pagar a terceira parcela do reajuste prometido pelo ex-governador Agnelo Queiroz (PT). Após decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF), o Palácio do Buriti avalia se vai conceder ou não o pagamento e os retroativos. Por outro lado, Ibaneis prometeu a incorporação a Gratificação de Apoio Técnico-Administrativo (Gata) na Saúde.

Ibaneis fez as declarações no lançamento da obra do túnel de Taguatinga, no Praça do Relógio, na tarde de terça-feira (14/01/2020). A construção vai atender 1,5 milhão de pessoas e custará R\$ 300 milhões, aproximadamente.

O governador também aguarda aprovação de projeto de lei enviado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao Congresso Nacional, que reajusta os salários dos policiais civis, militares e bombeiros do DF em 8%, retroativo a 1º de janeiro deste ano.